

# Curso de Desenvolvimento Sustentável

**Juliana Andrade Barichello<sup>1</sup>**

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre os principais pontos das palestras proferidas sobre o relevante tema Desenvolvimento Sustentável, enfatizando a importância da conscientização da população sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, de preservação dos recursos naturais e da efetivação de mudanças nos padrões de consumo.

## INTRODUÇÃO

O termo desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez, em 1983, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Tal comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, estabelecendo-se, assim, o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Entende-se por desenvolvimento sustentável o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Os trabalhos iniciados pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foram concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas globais ambientais, conhecido como “Relatório Brundtland”.

---

<sup>1</sup> Juíza Titular da 2ª Vara de Seropédica.

Durante a realização da Eco-92, no Rio de Janeiro, essa nova forma de desenvolvimento foi difundida e o termo “desenvolvimento sustentável” ganhou força. Nessa reunião, foram assinados a Agenda 21 e um vasto conjunto de documentos e tratados relacionados à biodiversidade, ao clima, às florestas, à desertificação e ao acesso e uso dos recursos naturais do planeta.

Em junho de 2012, novamente no Rio de Janeiro, os chefes de Estado de todo o mundo reuniram-se na tentativa de conciliar o atual modelo de crescimento econômico com a preservação ambiental e o fim da pobreza no mundo.

### **Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente: A Importância do Consumo Consciente, da Preservação dos Recursos Naturais e de Maiores Investimentos em Saneamento Básico**

Quando se fala em desenvolvimento sustentável, é importante não confundir crescimento com desenvolvimento. O crescimento, por si só, não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida, a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, além de preocupar-se com a geração de riquezas, tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida da população, levando em consideração a qualidade ambiental do planeta.

As metas do desenvolvimento sustentável preveem a participação de toda a população, que deve ser conscientizada da necessidade de conservar o ambiente, preservando os recursos naturais, bem como instada a efetivar mudanças em seus padrões de consumo.

A efetiva implementação de políticas públicas ambientais, que promovam realmente o desenvolvimento sustentável, representa um dos maiores desafios a ser enfrentado por toda a sociedade.

Se considerarmos que a degradação ambiental é resultante de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade apropria-se dos recursos naturais, observamos que as mudanças necessárias à sustentabilidade só irão ocorrer frente a novos comportamentos e novos processos sociais.

Um dos temas abordados durante o ciclo de palestras realizado na EMERJ foi justamente a necessidade do consumo consciente. Sabemos que todo consumo causa impacto, positivo ou negativo, na economia, nas relações sociais e na própria natureza. Ao ter consciência desses impactos na hora de escolher o que comprar, de quem comprar e definir a maneira de usar e descartar o que não serve mais, o consumidor pode buscar maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos, contribuindo com seu poder de consumo para construir um mundo melhor.

De acordo com estudos recentes, a população mundial já consome 25% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra. O *consumo consciente*, neste contexto, é a maior arma que o cidadão comum possui para ajudar na defesa do planeta sem se sacrificar ou mudar de vida radicalmente.

O conceito de consumo consciente, portanto, implica consumir atento ao impacto que determinados produtos e serviços podem causar ao meio ambiente, evitando-os sempre que possível. Isto é, o consumidor consciente reconhece o impacto que suas decisões de compra causa, repercutindo positivamente ou negativamente na sociedade. O consumidor consciente busca, de igual forma, disseminar o conceito e a prática do consumo consciente, fazendo com que pequenos gestos de consumo realizados por um determinado número de pessoas promovam grandes transformações.

Um exemplo está no simples ato de escovar os dentes. Quando sete pessoas escovam os dentes com a torneira fechada, economiza-se água suficiente para atender as necessidades diárias de uma criança.

De igual forma, é fundamental agir, de forma consciente, para evitar a poluição dos mananciais de água doce e reduzir as perdas e desperdícios. Pequenos cuidados diários podem gerar grandes resultados, seja em relação ao banho, ao uso da pia do banheiro, ao lavar a roupa ou a louça na cozinha, ao regar plantas, ao lavar o carro, enfim, há uma série de atitudes que ajudam a economizar água.

Atualmente, mais de 80 países já sofrem com a escassez de água. Uma grande parte da população do planeta não tem acesso à água potável e são muitas as pessoas acometidas por doenças a ela relacionadas. A escassez do recurso também coloca em risco a produção de alimentos, já que 70% da água de superfície e subterrânea é usada na agricultura.

Em que pese o Brasil ser detentor de 12% das reservas de água doce disponíveis no mundo, a região Nordeste ainda sofre, e muito, com a escassez de água, já que grande parte da água encontrada na região é subterrânea, com teor de sal acima do limite aceitável para o consumo humano.

Por isso, o investimento em métodos alternativos de abastecimento, como os processos de dessalinização e reaproveitamento de rejeitos, devem ser tratados como prioritários na promoção do desenvolvimento social e ambiental desta região brasileira.

Outro ponto de fundamental importância quando se fala em desenvolvimento sustentável é a questão do saneamento básico. Entende-se por saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Apesar da importância para saúde e meio ambiente, o saneamento básico no Brasil ainda apresenta sérios problemas, sendo certo que mais da metade dos domicílios brasileiros não possui qualquer ligação com a rede coletora de esgoto e 80% dos resíduos gerados são lançados diretamente nos rios, sem nenhum tipo de tratamento.

Doenças como a diarreia, a dengue, a febre tifóide e a malária, que resultam em milhares de mortes anuais, especialmente de crianças, são transmitidas por água contaminada com esgotos humanos, dejetos animais e lixo.

Após a entrada em vigor da Lei 11.445 de 2007, o setor de saneamento no país teve um importante avanço com a fixação de diretrizes nacionais de políticas públicas para o saneamento básico. A referida lei ainda definiu o conceito de saneamento de forma mais ampla, mais próximo do saneamento ambiental, envolvendo também a limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, além do abastecimento do esgoto sanitário e de água potável.

A legislação tratou, ainda, da questão da saúde pública, obrigando a ligação à rede pública nos logradouros nos quais existe rede de abastecimento e proibindo a utilização de fonte alternativa para o consumo humano.

Em que pese o marco regulatório, ainda é preciso superar muitos entraves para o desenvolvimento do setor de saneamento, estimulando investimentos, em especial nas áreas urbanas, de forma a não comprometer a qualidade de vida da população e do meio ambiente.

## **CONCLUSÃO**

Um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade moderna é, sem dúvida, implementar um desenvolvimento sustentável que busque conjugar os avanços tecnológicos e científicos como ferramentas capazes de produzir bases para uso dos recursos naturais e conservação do meio ambiente de forma duradoura.

Em busca desse desenvolvimento, compete aos Estados incentivar ações e políticas ambientais que integrem o desenvolvimento econômico ao social, sem esquecer a proteção ambiental. Por seu turno, a sociedade deve ter consciência de que o modelo atual de consumo não se coaduna

com a preservação do meio ambiente e, portanto, é dever de todos adotar boas práticas ambientais em nosso dia a dia.

Somente assim, com o esforço de todos, será possível chegar ao equilíbrio ideal entre o desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente. ♦